

Credor quer fazer acordo

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões, previsto como a primeira etapa do cronograma. O ministro interino da Fazenda, Mailson Nóbrega, confirmou, na sexta-feira passada, o comprometimento do Brasil tanto ao cronograma, que prevê a conclusão de um acordo de maior fôlego em janeiro, quanto ao empréstimo de US\$ 3 bilhões.

No início da tarde de ontem, apenas 2 dos 85 maiores credores inicialmente convocados para participar do empréstimo ainda não haviam assinado: o Banco do Kuwait para o Comércio Exterior, cuja participação é de cerca de US\$ 20 milhões, e o Gulf International, de Bahrain, com US\$ 10 milhões. Não houve, porém, nenhuma desistência.

A efetivação do empréstimo se dará sob a forma de um desembolso de US\$ 800 milhões, a ser acompanhada pelo pagamento simultâneo, pelo Brasil, de US\$ 400 milhões aos credores, que retirará o País da moratória. O total de US\$ 1,2 bilhão cobrirá os juros da dívida externa nos meses de outubro, novembro e a primeira metade de dezembro. Pelo acordo, os juros da segunda metade de dezembro serão pagos em meados de janeiro, com mais um desembolso dos

bancos a ser complementado por uma transferência de reservas brasileiras para os credores.

Embora deixem os credores preocupados com o que poderá acontecer à economia brasileira — e a seus empréstimos — no médio prazo, a ausência de um titular da Fazenda, a total falta de articulação interna do governo brasileiro abrem-lhes, de imediato, amplo espaço político para conduzir a negociação de um novo acordo da dívida com o Brasil nos seus termos. Eles contam, naturalmente, que a debilidade política do presidente José Sarney o forçará, agora, a aceitar qualquer acordo e estão dispostos, na hipótese de haver um entendimento, a estudar formas temporárias para ajudar o País a manter os pagamentos de juros em dia a partir de janeiro.

“A negociação ainda é possível, mas terá de ser convencional, com um reescalonamento do principal, um empréstimo de dinheiro novo para cobrir o buraco do balanço de pagamentos e mais umas coisinhas aqui e ali, mas nada muito inovador”, disse um banqueiro.

Esse acordo demandaria, também, um acordo com o Fundo Monetário Internacional, cujos termos poderão acabar sendo ditados pela via catastrófica, depois que a economia en-

trar na hiperinflação. Como certamente não haverá tempo de se chegar a um entendimento em janeiro, a data-limite para o entendimento terá de ser adiada quantas vezes for necessário, indicou a fonte.

Esse já era, aliás, o rumo que as coisas tinham começado a tomar nas conversações encerradas na sexta-feira passada. No nível técnico, os entendimentos progrediram e as duas partes chegaram a um acordo básico sobre o modelo de simulação da economia que seria usado para determinar as necessidades de financiamento brasileiro em 1988 e 1989. O modelo foi montado a partir de um programa de planilha Lotus 1,2,3. Os economistas do comitê e os técnicos do Banco Central combinaram, em princípio, prosseguir seus contatos, que consistirão, de agora em diante, em usar diferentes variáveis no modelo para definir o total de novos empréstimos que o País necessitará para 1988 e 1989. O pedido inicial do governo foi de US\$ 8,1 bilhões, sendo US\$ 3,7 bilhões para 1988 e US\$ 4,4 bilhões para 1989. Adicionalmente, o Brasil pediu US\$ 3,4 bilhões para 1987, que serviriam para cobrir o empréstimo de curto prazo de US\$ 3 bilhões.

No nível político, as conversações haviam empacado na recusa dos bancos de

considerar a inclusão, no acordo, de novos instrumentos financeiros como os bônus de taxa fixa, pelos quais os credores interessados poderiam, voluntariamente, converter uma parte ou a totalidade de seus créditos. Assim, se algum acordo podia ser vislumbrado como resultado do pouco que as negociações já produziram, seria um acordo de tipo tradicional.

Por saber disso melhor do que ninguém, o negociador da dívida brasileira, Fernão Bracher, passou na semana passada, a queixar-se contra “a lentidão das negociações”, avisando que o Brasil não aceitaria “qualquer acordo” e abandonaria as negociações, em janeiro, caso os banqueiros quisessem continuar “a cozinhar o gallo”. Bracher, que pediu demissão junto com Bresser Pereira, na sexta-feira passada, permanecerá no cargo, pró-forma, até a indicação do novo ministro. “Bracher é um negociador formidável. É um homem do qual é muito difícil de se gostar mas que é muito fácil de se respeitar”, afirmou um integrante do comitê, depois de contar que as notícias da demissão de Bresser Pereira e da partida de Bracher, embora esperadas, causaram consternação entre os executivos de bancos, na sexta-feira passada.